

1

2

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 28/04/2023**

3

4 Ao vigésimo oitavo dia do mês de Abril de dois mil e vinte três, às quinze horas, em  
5 formato *online* por meio do link [meet.google.com/kdz-sdps-bhd](https://meet.google.com/kdz-sdps-bhd), deu-se início à  
6 Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do  
7 Paraná. Conforme convocação prévia fez-se presentes: **TITULARES**

8 **GOVERNAMENTAIS:—SUPLENTE** **GOVERNAMENTAIS:—TITULARES DA**

9 **SOCIEDADE CIVIL:** IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SERPAJ), ALUÍZIO

10 FERREIRA PALMAR (CDHMP). **SUPLENTE** **SOCIEDADE**

11 **CIVIL:CONVIDADOS(AS)TITULARES:**MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA

12 (TJ/PR). **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS):**RAQUEL OSOWSKI

13 (MPPR), NORTON NOHAMA (UFPR),FLÁVIA DA ROSA MELO (LUME),CLÁUDIA

14 HOFFMANN (COORDENADORA DO LUME), ANDRÉIA CORAT (SEJU/CODIHC).

15 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**Não houve justificativas de ausência.**1. Abertura:**

16 Inicialmente, Ivete saudou todos e todas e deu início à Reunião Ordinária do Comitê  
17 Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação da pauta:**

18 Andréia realizou a leitura da pauta para conhecimento de todas (os) e Ivete  
19 questionou se estavam de acordo com os pontos propostos — sem ressalvas, pauta

20 aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da ata da reunião ordinária de Março**

21 **de 2023:** Ivete questionou se todas (os) haviam recebido a ata de Março e colocou-a

22 em aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovada por unanimidade. **4.**

23 **Participação no III Fórum Mundial de Direitos Humanos em Buenos Aires:** Ivete

24 relatou que participaram de eventos com o serviço Paz e Justiça com o Adolfo Pérez

25 Esquivel sobre processos de construção de paz, também participaram com o Jair

26 Kriskhke de uma Mesa sobre a Operação Condor em que ele estava fazendo um

27 documentário sobre um caso do Brasil e lhe foi apresentada um Procurador Federal

28 da Argentina para tratar do caso do Major Joaquim Cerveira, pois há um caso

29 semelhante pela Justiça Argentina para conseguir punições aos perpetradores das

30 graves violações que levaram à morte de outro militante, que foram sequestrados na

31 Argentina, trazidos para o Brasil e são considerados desaparecidos. Ivete também  
32 relatou que conheceu o Instituto de Direitos Humanos do MERCOSUL, que hoje tem  
33 como representante uma Curitibaana chamada Andressa Caldas, que também  
34 solicitou a averiguação de um caso de um argentino que estava prestes a ser  
35 repatriado e até agora o STF não lhe concedeu. Houve também a participação de  
36 uma palestra com o Ministro de Direitos Humanos do Brasil e o Ministro dos Direitos  
37 Humanos da Argentina, que foi crucial para compreender as ideias de trabalho de  
38 ambos, fora isso, visitaram o Campo de Maio, uma fazenda que foi um grande  
39 centro de tortura do Exército, participaram da Marcha dia 24 de Março e dos Fóruns  
40 todos os dias em que se realizou no *Espacio Memoria y Derechos Humanos ex*  
41 *ESMA*. Além disso, Ivete informou que ontem foi realizado um debate na PUC-PR  
42 com muitos (as) alunos (as) da Faculdade de Direito, que ficaram super interessados  
43 e desejam visitar a Sala Lume. Aluízio complementou que também participou da  
44 Marcha Nunca Mais no dia 24 em Puerto Iguazu e no dia 1 de Abril em Foz do  
45 Iguaçu, este que é um calendário fixo realizado por entidades, sindicatos e  
46 movimentos sociais, mas na Argentina quem organiza é a Associação de  
47 Trabalhadores no Estado, um sindicato muito forte e há uma participação muito  
48 grande da população — além de ser um Feriado Nacional. **5. Participação no**  
49 **Encontro da Memória em Brasília e 1ª Reunião da Comissão de Anistia:** Aluízio  
50 relatou que foram os dias 28 e 29 de Março em que foram realizadas as reuniões  
51 com o Ministro Sílvio Almeida, em um Auditório locado no subsolo do Ministério dos  
52 Direitos Humanos, a primeira reunião foi com os familiares dos mortos e  
53 desaparecidos políticos, houve uma grande participação e muito emocionante,  
54 relatos das viúvas, filhos e netos. O Ministro mais ouviu do que falou na reunião e  
55 colocou mais uma vez que, o Governo tem como recomendação para dar  
56 continuidade nas demandas da Comissão Nacional da Verdade, também foi  
57 debatido com ele as recomendações que se referem ao currículo da Academia Dos  
58 Militares da Escola de Polícia, onde ele indicou que o Governo estava sensível a  
59 este tema e colocou que política de memória e direitos humanos não pode ser  
60 política somente de Governo, mas de Estado. A outra reunião foi do Ministro Sílvio

61 Almeida com os anistiados e anistiandos, nesta tiveram muito mais pessoas, pois a  
62 demanda é muito maior e foi tomada o tempo todo por ex-militares da Marinha,  
63 Aeronáutica e Exército, que são bem mais organizados que os civis e possuem  
64 associações de diversos tipos, que reclamaram dos problemas enfrentados nos  
65 últimos anos. Em ambas as reuniões, Aluízio informou ter feito intervenções e  
66 indicado a existência do Lume no Paraná, deixando-os admirados por o Paraná já  
67 ter um lugar de memória, aproveitando para convidar o Ministro para conhecer o  
68 Lume e participar de uma reunião do Comitê, também convidou o Nilmario Miranda  
69 para participar de uma reunião do CEMVEJ. Portanto, como encaminhamento,  
70 Aluízio solicitou que a Secretária Executiva, Andréia, faça um Ofício convidando-os  
71 oficialmente para participar desses encontros e reunião. No dia 29 de Março houve a  
72 reunião dos anistiados e Aluízio pontuou que, aqui no Paraná, tivemos a reparação  
73 pela lei no Governo Beto Richa e muitos atingidos, naquela época, receberam essa  
74 reparação, sendo a maioria do Paraná, mas alguns de Santa Catarina e Rio Grande  
75 do Sul que estiveram presos aqui, pois segundo a lei, todos (as) que estiveram  
76 presos no Estado do Paraná teriam direito a reparação econômica. Em relação à  
77 Comissão Nacional de Anistia, Aluízio destacou que muita gente ficou de fora  
78 porque, ao realizar uma Audiência Pública na UNIOESTE, foi observado que muitos  
79 camponeses atingidos não tinham conhecimento sobre a lei e consequentemente  
80 não entraram com pedidos de anistia. Houve uma Audiência em Três Passos (RS) e  
81 foram relatados muitos casos de camponeses, lavradores e pequenos proprietários  
82 que ficaram presos no Paraná em Delegacias do interior, tendo alguns na audiência  
83 que entraram com os pedidos de anistia e conseguiram ser anistiados, recebendo  
84 pedidos de desculpas do Estado Brasileiro e repasses econômicos. Portanto, Aluízio  
85 solicitou que fosse feito um levantamento das vítimas que não foram anistiadas e  
86 estimular os advogados para que auxiliem nesse levantamento, podendo ser filhos  
87 ou viúvas, para dar entrada na Comissão Nacional da Anistia, pois há um propósito  
88 de fazer a Anistia Camponesa no Brasil — e também indígenas, que também pode  
89 ser trabalhada. Cláudia se dispôs a auxiliar na redação dos ofícios ao MDH. Raquel  
90 sugeriu que poderia ser aproveitada a vinda do Ministro ao Paraná e pensar em um

91 evento para discutir a Política de Memória, Verdade e Justiça no Paraná. Em relação  
92 aos indígenas, Aluízio pontuou que os Avás-Guaranis do Ocoí têm direito a  
93 indenização pela Comissão Nacional de Anistia ou pelo menos um pedido de perdão  
94 do Estado pelo o que ocorreu na comunidade. Raquel indicou que o problema em  
95 relações aos indígenas na Comissão de Anistia é que as indenizações são  
96 concedidas de forma individual, o que gera um impacto na comunidade que vem  
97 sendo duramente criticado, por isso, questionou se houve discussões referentes às  
98 indenizações coletivas — Aluízio respondeu que não discutiram — e qual foi a pauta  
99 em relação aos currículos das Academias Militares. Aluízio respondeu que foi em  
100 prol do incentivo do estudo dos direitos humanos nas academias, tanto militares,  
101 como da civil. Raquel informou que estava sendo desenvolvido um programa de  
102 Educação em Direitos Humanos para o Sistema de Justiça e Segurança Pública —  
103 sendo desenvolvido pelo MPPR, TJPR, PCPR, PMPR, PPPR, GM, DP e outros —  
104 de maneira interdisciplinar, não sendo somente uma única matéria encaixada no  
105 currículo, abordando em seus variados níveis, de forma ampla e intersetorial. Norton  
106 lembrou que havia sido estabelecido um entendimento com o Paulo Abraão, que  
107 na época era Secretário Nacional de Justiça e presidente da Comissão Nacional de  
108 Anistia, que valia para todas as Comissões da Verdade de que os Relatórios  
109 serviriam de documentação básica para efeitos de anistia política, abreviando o  
110 tempo de julgamento da comissão — que leva muito tempo —, algo que não  
111 “vingou” e não sabe se foi retomado. A segunda questão levantada por Norton foi  
112 relacionada à indenização econômica para quem não possuía relação de trabalho,  
113 pois as indenizações da Comissão de Anistia estavam vinculadas ao trabalho, sendo  
114 um assunto que poderia ser retomado com a Comissão. Aluízio respondeu que,  
115 quem não tinha vínculos empregatícios na época e provaram que tiveram seus  
116 direitos violentados tem uma reparação única, não era continuada, com valor  
117 máximo de 100 mil reais a partir das estimativas de valores. Em relação aos  
118 processos simplificados, Aluízio pontuou que seu entendimento é de que os pedidos  
119 na Comissão Nacional de Anistia são individuais, podendo ser utilizados os materiais  
120 das Comissões Estaduais, mas ainda assim, os pedidos continuam sendo

121 individuais. Além disso, os relatórios são simples e necessitam de poucos  
122 documentos que provem que as pessoas foram atingidas, tendo como exemplo  
123 casos em que um documento comprovou a violação e deferiu o recebimento da  
124 reparação. Deste modo, Ivete solicitou que fosse feita uma relação de todos (as) que  
125 depuseram na Comissão Estadual da Verdade e os documentos que foram trazidos  
126 ou pesquisados, para assim, encaminhar esses pedidos para que sejam feitas suas  
127 devidas reparações. Aluízio sugeriu a possibilidade de realizar uma Audiência  
128 Itinerante pelo Paraná. Raquel sugeriu que fosse feita uma proposta em nome do  
129 Comitê em relação aos indígenas e outras comunidades camponesas, quilombolas e  
130 etc. Andreia solicitou que os encaminhamentos necessários fossem enviados no e-  
131 *mail* do CEMVEJ para que ela possa dar prosseguimento. **6. Renovação do Termo**  
132 **de Parceria do CEMVEJ/TJPR e inclusão do MPPR:** Ivete indicou que a  
133 renovação foi alterada, pois considerando a data de assinatura, o termo atual ainda  
134 não venceu — vence em 2025 —, portanto, a ideia é de que seja feito um Termo  
135 Aditivo. Maria Aparecida lembrou que o termo foi assinado em 2020 e vencerá no  
136 final de 2023, pois são 36 meses, então, a ideia da renovação ou a inclusão do  
137 Ministério Público por meio de um Termo Aditivo poderia ser iniciada para ser  
138 aprovada posteriormente. Cláudia indicou que são 60 meses de validade após a  
139 assinatura do termo, vencendo sim, em 2025. Portanto, durante a reunião ficou  
140 acordado que seria somente ajustado o Termo Aditivo para inclusão do MP, para  
141 assim, encaminhar ao Comitê para avaliar a primeira versão, a cota do TJ e demais  
142 detalhes. Maria Aparecida pontuou que se deve pensar na questão do Plano  
143 Museológico para o TJ, pois efetivamente passaria a ter uma integração do Lume  
144 com o Museu já existente dentro do Tribunal de Justiça, por isso, deve ter um  
145 cuidado muito grande e um estudo minucioso para que não cerre a autonomia da  
146 Sala Lume. Cláudia respondeu que sim, ela e a Flávia tiveram esse cuidado,  
147 destacando que o Plano Museológico não deve ser encomendado sem ter as  
148 oficinas, pois o plano deve ter o conceito e a “cara” do CEMVEJ e do que o Lume  
149 pretende ser. Portanto, foi definido que o Plano Museológico deve ser amplamente  
150 democrático e participativo, com oficinas que possam ouvir ex-presos políticos, a

151 Sociedade Civil e representantes do segmento. Ademais, Cláudia destacou que a  
152 autonomia do que é realizado na Sala Lume é do CEMVEJ, não tem interferência do  
153 TJ, SEJU ou MP, e que, o documento seria enviado nessa semana, mas com as  
154 mudanças, será encaminhado na semana que vêm. Cláudia relatou que nessa  
155 última reunião, aproveitando que o MP estava sendo incluso e o Secretário se  
156 dispôs a contribuir mais, foi proposto que o TJPR pudesse oferecer material de  
157 papelaria e um (a) estagiário (a) para atender corretamente as demandas da sala,  
158 além de que, para divulgar o Lume é necessário um (a) profissional de comunicação  
159 para ajudar no *site* e nas redes sociais, tendo em vista, obviamente, das dificuldades  
160 e a possibilidade disto ser vetado, mas compreendendo que talvez seja melhor  
161 realizar essa tentativa agora e não daqui 5 anos. Além disso, Cláudia informou que  
162 saiu uma matéria sobre o curso de formação do Lume no *site* do TJPR e a  
163 Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que veio visitar a sala em fevereiro  
164 através do Procurador Carlos Vilhena, souberam do curso de formação e solicitaram  
165 a reserva de três vagas para os membros e assessores de Brasília, por isso,  
166 solicitou autorização para o Olympio, pois a princípio haviam sido abertas somente  
167 15 vagas para o Colégio Estadual do Paraná. Portanto, foram reservadas essas  
168 vagas e Cláudia indicou que o MPF após a visita encaminhou recomendação ao  
169 Estado do Paraná e para o Estado Brasileiro para que os Termos de Ajustamento de  
170 Conduta sejam destinados ao Lume. A aula inaugural será para mostrar a sala, a  
171 história do surgimento do Lume, do CEMVEJ, da CEV e falar sobre os caminhos  
172 percorridos no Paraná até este momento, posteriormente, há uma programação com  
173 textos teóricos, estudos e produção de materiais — a aula inaugural será dia 5 de  
174 Maio às 9h30. Em relação ao Ministério de Direitos Humanos, Cláudia informou que  
175 em Janeiro o Lume encaminhou um *e-mail* se apresentando, sugerindo uma  
176 Audiência e solicitando uma agenda com o Ministro ou algum (a) assessor (a) — não  
177 houve respostas. Cláudia acrescentou que fez alguns telefonemas para o MDH,  
178 conseguindo alinhar para que o *e-mail* seja lido e atendê-las virtualmente. Ademais,  
179 Cláudia informou que, assim como a UFPR vai fornecer os certificados para o Curso  
180 de Formação, a UNILA fornecerá os certificados para o Grupo de Estudo. Cláudia



181 também informou que em Junho terá um evento de política de memória em São  
182 Paulo, promovido pela Casa do Povo em conjunto com a Rede Brasileira de Lugares  
183 de Memória, sendo o Lume, convidado a apresentar o seu projeto nos dois dias de  
184 evento. Em relação à divulgação do Lume, Cláudia sugeriu que fosse enviado um  
185 ofício para as Prefeituras Paranaenses e Promotorias de Justiça, apresentando a  
186 Sala Lume e as atividades realizadas no cumprimento das orientações do Relatório  
187 da Comissão Estadual da Verdade, destacando também que estão expostos a  
188 dialogar e ser um ponto de referência com grupos que trabalham com essa temática.  
189 Aluizio sugeriu que Cláudia entrasse em contato com o Assessor de Imprensa da  
190 SEJU ou diretamente na Secretaria de Comunicação Social do Estado para que  
191 divulguem o Lume e façam matérias sobre ele. Ivete acrescentou que seria  
192 interessante encaminhar também às Câmaras de Vereadores. **7. Informes de**  
193 **Atividades:** Flávia informou que o Lume foi inscrito na 21ª Semana Nacional de  
194 Museus, que acontecerá no mês de Maio entre os 15 e 21, sendo o dia 18 de Maio,  
195 o Dia Nacional do Museu. Além da visitação, terá três eventos, o primeiro deles no  
196 sábado em uma gravação de um *podcast* chamado Sessões no Jardim, discutindo  
197 os Lugares de Memória e o Negacionismos. Haverá também um evento *online* no  
198 dia 17 com a participação do Olympio, tratando especificamente da temática da  
199 Semana Nacional dos Museus, que esse ano é Museus, Sustentabilidade e Bem-  
200 estar. No outro sábado, dia 20, no período da manhã haverá um *tour* no Centro de  
201 Curitiba mapeando os lugares de memória ligados à repressão e violência na  
202 cidade, para chamar atenção aos demais lugares de memória. **8. Informes da**  
203 **Secretaria Executiva:** Ivete indicou que seu mandato de coordenadora estava no  
204 fim e eram necessários novos (as) candidatos (as) para exercer essa função.  
205 Andréia informou que a eleição do CEMVEJ deve seguir o que o Regimento Interno  
206 estipula em seu **Capítulo IV – DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ**  
207 **– Art. 4º O Comitê Estadual exercerá suas atividades, pelo prazo mínimo de um**  
208 **ano; ao término deste, os integrantes deliberarão sobre o prosseguimento das**  
209 **atividades, as quais serão publicizadas através de relatório.** Seguiu falando que  
210 estava preocupada pois, infelizmente, não está havendo representação

211 governamental nas reuniões do comitê, sendo necessário notificar as instituições  
212 para que realizem substituições. **9. Encerramento:** Em conclusão, Ivete agradeceu a  
213 presença de todas e todos e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê  
214 Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. A presente ata foi  
215 lavrada por Davi da Rosa e revisada pela Secretária Executiva Andréia Corat –  
216 SEJU/CODIHC.